

Para Ulysses, data da Constituinte está em aberto

Reportagem Local

A maneira de se chegar à Constituinte será definida através de amplo debate nacional, conforme assegurou o presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, que anunciou já estar consultando renomados juristas sobre a melhor forma de viabilizá-la. Embora defenda a convocação da Constituinte em 1986, Ulysses Guimarães mostra-se "aberto para examinar outras colocações, desde que se compatibilizem".

O pronunciamento de Ulysses Guimarães ocorreu, ontem, durante a visita que fez a Santos, na condição de um dos principais líderes da Aliança Democrática, ocasião em que recebeu várias reivindicações a serem levadas ao candidato à presidência da República, Tancredo Neves. A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, foi uma das principais reivindicações apresentadas pelo diretório do PMDB em Santos, através do seu presidente Edmur Mesquita, tranquilizado por Ulysses com a afirmação de que a Constituinte é "um compromisso do partido, que será cumprido".

De acordo com a programação estabelecida pelo prefeito Osvaldo Justo, deputado federal Del Bosco Amaral e executiva do Diretório Municipal do PMDB, Ulysses esteve também em São Vicente, na Câmara Municipal de Santos e na sede do diretório santista.

A Constituinte é um "compromisso histórico do partido" e vai ser cumprido, enfatizou Ulysses Guimarães, ontem, em entrevista à imprensa: "Há 20 anos lutamos por ela. Sem uma Constituinte, que é um pacto social, político e econômico oriundo do povo, escrito pelo povo, não há democracia". Explicou, também, que a maneira de se chegar à Constituinte vai depender de "amplo debate nacional" e não da sua opinião, mencionando que já vem mantendo contatos com juristas, como Afonso Arinos de Melo Franco e José Afonso,

entre outros, "para viabilizarmos aquilo que a sociedade queira".

Quanto à Constituinte-já, tese do jurista Raymundo Faoro, Ulysses considerou que a sua defesa pela Constituinte em 86 deve-se ao fato de que, naquele ano, "teremos eleições dos deputados federais e senadores, que seriam investidos da função Constituinte", mas mostrou-se aberto para examinar outras colocações, desde que se compatibilizem: "Se vamos fazer uma Constituinte-já, não é possível cassar os mandatos dos atuais deputados e senadores. Precisamos ver se essa coincidência não iria criar problemas. É um assunto técnico que precisa ser examinado".

O presidente nacional do PMDB, por outro lado, não se furtou a adiantar algumas alterações que considera necessárias na atual legislação eleitoral. Pregando uma revisão ampla do modelo eleitoral, Ulysses defendeu um expurgo, na legislação atual, que considera "inaceitável, por ter vícios irremediáveis". E enumerou algumas alterações: "É preciso acabar com a sublegenda. Que se faça, no Norte e Nordeste, uma revisão no eleitorado, porque há fraudes calamitosas".

Para essa revisão do modelo eleitoral, Ulysses considera possível buscar modelos de outros países democráticos, criticando — ainda — a interferência do abuso do poder econômico nas eleições: "A cadeira de deputado, senador, ou qualquer cargo público, não deve ser decorrência do dinheiro próprio, ou que venha até de multinacionais ou do poder econômico nacional".

Não quis se referir a nenhum país democrático, como modelo em potencial, mas acrescentou que "o importante é que as eleições sejam custeadas pelo Estado, não custeadas por dinheiro próprio ou alheio, o que é mal para a democracia".

Sobre o pronunciamento feito pelo presidente Figueiredo, em cadeia na-

cional, quando apresentou um balanço de seu governo na área de defesa nacional, Ulysses Guimarães salientou que não pode "meditar mais" sobre as palavras do presidente porque teve compromissos até bem tarde da noite, inclusive com o candidato à presidência, Tancredo Neves, considerou, entretanto, que o presidente "no final de seu mandato tem tido acertos. No sentido de não frustrar o que a sociedade quer e a maioria dos partidos desejam, qual seja a mudança de homens, de programa, que se encarna na figura de Tancredo Neves".

Por fim, comentando que suas divergências com o presidente são "conhecidas, profundas e continuam". Tanto no campo social, como no econômico — exemplificando com as eleições diretas, "uma reivindicação nacional que já deveria ter sido atendida".

Reivindicações

Além da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, "para resgatar a legitimidade de nossas leis maiores e das instituições que regem a vida nacional", o presidente do Diretório Municipal do PMDB em Santos, vereador Edmur Mesquita, apresentou outras reivindicações a Ulysses Guimarães, quando da visita à sede daquele diretório, ontem.

Entre as reivindicações de caráter nacional, encontram-se a autonomia sindical, o direito à greve. No setor econômico, foi colocada a necessidade de o governo Tancredo Neves assumir posição firme e definida com relação à renegociação da dívida externa, garantindo a soberania da Nação. Também demonstrada ficou a preocupação com a retomada do crescimento econômico, com reativação da atividade industrial, elevação no índice de empregos e aumentos reais para os trabalhadores. Reformas agrária e reformulação total nas políticas de Saúde e Habitação foram outros pontos salientados.



Ulysses (ao lado de José Serra, em Santos) procurando a melhor fórmula

Tancredo insiste na convocação só em 86

Da Sucursal de Brasília

O candidato indireto da Aliança Democrática à Presidência da República, Tancredo Neves, reiterou ontem que não pretende fazer a Constituinte já, mas somente em 1986 "porque nós não podemos dissolver o atual Congresso para convocá-la".

"Uma Constituinte funcionando paralelamente ao Congresso ordinário, evidentemente, seria fonte de permanentes choques e atritos pela dualidade de interesses e conflitos de objetivos", ponderou.

"Funcionando a Constituinte em 1986, ela poderá simultaneamente —

prosseguir — funcionar como Constituinte e como Legislativo ordinário. Isto é apenas um trabalho de metodologia parlamentar e seria resolvido pelo regime interno da própria Constituinte".

Chegou a arriscar um exemplo: "Na parte da manhã, funcionaria o Congresso ordinário e, à tarde e à noite, funcionaria a Constituinte, tudo dependendo do andamento dos trabalhos, tudo no sentido de que a Constituinte a ser votada saísse o mais rápido possível".

Tornou a admitir que no caminho da Constituinte há um problema

representado pelos senadores eleitos em 1982, cujos mandatos vão até 1990. Sugeriu que, para eles, seja examinada algum tipo de norma legislativa atribuindo-lhes também poderes constituintes.

Indagado sobre a necessidade de uma "limpeza na área jurídica" antes da instauração da Constituinte, Tancredo concordou que será necessário que isso se faça, "sobretudo a reforma da legislação partidária e eleitoral, que tem que ser simplificada, colocada em termos mais democráticos do que tem sido a atual".

Sobre os partidos clandestinos, assinalou que se trata de um proble-

ma dependente de reforma da Constituinte: "É preciso que haja dois terços de votos no Congresso para que seja possível reformar a Constituinte porque ela é que impede o funcionamento dos partidos clandestinos." Admitiu que isso pode ser feito antes da Constituinte "porque, se é uma reforma da Constituição, o Congresso pode fazê-lo".

Tancredo desmentiu que tenha indicado o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) para líder do seu governo na Câmara, mas não descartou a possibilidade de fazê-lo depois da reunião do Colégio Eleitoral.

Brizola alerta para repetição de "equivocos"

Da Sucursal de Rio

"Convocar uma Constituinte com as estruturas autoritárias funcionando, ainda que com novos titulares, por mais bem intencionados que sejam, não permitirá o surgimento de bases adequadas para a construção de instituições livres", afirmou ontem o governador Leonel Brizola, ao considerar que "vivemos, por isso, na iminência de repetir os equívocos da revolução de 30". E explicou:

"O poder carecia então de legitimidade, o que o levou a tentar consolidar-se através de nova Constituinte, enquanto atribuía mandato indireto ao presidente em exercício. As consequências nós sabemos. Quando se tratou de institucionalizar em 34 a revolução de 30 — um dos

movimentos mais lindos, generosos e puros dos que ocorreram nesse país, sob inspiração do voto secreto, da Justiça Eleitoral e contra os vícios da República Velha — já era tarde demais".

"Peso das sequelas"

De acordo com Brizola, "a convocação da Constituinte em 34 se fez ao peso das sequelas da segunda revolução, deflagrada em 32. O tributo que o povo brasileiro pagou em sangue não permitiu ao País encontrar jamais o seu caminho. Viviu-se num quadro de tal instabilidade que acabou desencadeando uma nova intervenção militar, a de 37, cujo golpe saíra com Getúlio ou sem Getúlio".

A fórmula da qual o governador

fluminense não se afasta para impedir, a seu ver, que se repitam ameaças de novos golpes seria a convocação da Constituinte em 86, simultaneamente às eleições gerais, inclusive para presidente da República. "O povo brasileiro quer e precisa votar exatamente para construir e consolidar as instituições livres que a nova Carta deverá consagrar".

PDT

De qualquer maneira, entretanto, o PDT pretende discutir e colaborar com a reforma constitucional prometida pelo candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, de quem Brizola discorda que fique quatro anos no poder, "onde teria condições de influir decisivamente na elabora-

ção das regras que regerá o destino do País". Apesar dessa posição do governador, seu partido fará um seminário no primeiro semestre do próximo ano para debater um projeto para a próxima Constituinte.

"É claro que não poderíamos ficar ao largo dessa questão fundamental — declara o secretário de Governo, Cibelis Viana — e já estamos decididos a aprofundar um exame de reforma da Carta Magna, oferecendo a nossa contribuição aos futuros constituintes. Preocupamo-nos fundamentalmente em atender aos reclamos sociais da população, neles entendidos os seus direitos mais inalienáveis, a começar pelo do voto livre, direto e secreto, em todos os níveis."

CNBB debaterá sugestões à nova Constituição

Reportagem Local

Em sua última reunião do ano, dias 18 e 19 próximos, em Brasília, a presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) debaterá as primeiras sugestões da Igreja para a nova Constituição brasileira. A decisão de incluir a questão da Constituinte no temário da CEP indica a convicção da Igreja de que o próximo presidente da República incluirá, entre as suas primeiras decisões, a de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.

Integram a Comissão Episcopal de Pastoral, os bispos do Ipiranga, São Paulo, d. Antônio Celso de Queiroz, 51 anos; o auxiliar de Curitiba (PR), d. Albano Cavallin, 54 anos; de Novo Hamburgo (RS), d. Aloísio Sinésio Bohn, 50 anos; de Londrina (PR), d. Geraldo Majela Agnello, 51 anos; o auxiliar do Rio de Janeiro, d. Afonso Felipe Gregory, 53 anos; de Porto Velho (RO), d. José Martins da Silva, 48 anos; de Vitória da Conquista (BA), d. Celso José Pinto, 51 anos; e o de Santos (SP), d. David Picão, 61 anos.

Entre as sugestões a serem debatidas na reunião de Brasília, está a da formação de uma comissão de especialistas em história da Igreja no Brasil para assessorar a CNBB na tomada de posições diante das iniciativas e propostas em torno da Constituinte. Serão analisadas, por exemplo, por esta comissão, as experiências de participação da Igreja Católica nas assembleias constituintes anteriores, desde a do Império, em que os clérigos representavam praticamente a metade dos deputados, até a de 1890. Nesta, o governo chegou a publicar decreto limitando a possibilidade de eleição de padres como constituintes.

A preocupação dominante na CNBB é a de que, na próxima Assembleia Nacional Constituinte, a Igreja procure ser porta-voz dos setores populares que representam as suas bases, isto é, das CEBS, das várias pastorais e de minorias como, por exemplo, as nações indígenas. A diferença do que ocorreu na luta pelas diretas (em que a participação episcopal foi discreta), desta vez os nomes mais destacados no setor

progressista da Igreja irão defender publicamente uma Constituinte democrática e soberana.

Passo necessário

O engajamento de setores da Igreja na campanha pela Assembleia Nacional Constituinte foi definido ontem por dom Luciano Mendes de Almeida, 54 anos, secretário-geral da CNBB e bispo auxiliar da zona Leste de São Paulo, como "um passo necessário para a melhoria de condições da Nação". Segundo dom Luciano, "é no reforço das instituições que têm estabilidade que se pode assegurar ao cidadão a sua efetiva participação no progresso nacional".

Ele acredita que "a Constituinte nada mais é do que a mediação necessária para o aprimoramento da lei, o que permitirá um caminho de paz e de justiça para toda a Nação".

Dom Luciano afirmou ver com "esperanças" o momento de transição da política nacional e destacou seu desejo de que a nova fase introduza maior chance de participação popular, "tanto no sentido da oferta de propostas de solução para os problemas da Nação, quanto na oportunidade de desfrutar os benefícios do progresso dada a todo o cidadão".

Para o secretário-geral da CNBB, nos últimos anos o Brasil teve progressos a nível geral, que não foram repartidos entre a população. "É isso que se deseja nessa nova fase de nossa história. Que haja uma repartição proporcional de benefícios, para que as classes desfavorecidas possam ter acesso a tudo que é necessário para uma vida digna: casa, educação para os filhos, atendimento de saúde e, especialmente, um salário digno". A Igreja, segundo dom Luciano, continuará sua missão de esclarecimento das consciências, a partir da posse do novo governo, em 15 de março: "Continuaremos na linha de formação dos princípios, para que cada um seja capaz de atuar como pessoa humana, não só na vida pessoal, como também na colaboração com a comunidade e pelo aprimoramento da Nação. Mas, pela sua função crítica, a instituição continuará denunciando afastamentos de princípios fundamentais, quando acontecerem."



D. Luciano vê na Constituinte um caminho para a justiça

Encontro estadual do PT discute ação política em 85

Reportagem Local

O PT de São Paulo realiza hoje e amanhã, a partir das 9h30, em São Caetano do Sul, encontro estadual para discutir as linhas de ação política que deverão ser adotadas pelo partido em 1985. Além disso, os petistas (1.300 delegados estão em condições de participar) debaterão a posição do PT em relação ao Colégio Eleitoral e a Assembleia Nacional Constituinte e farão uma avaliação do desempenho de seus parlamentares no Congresso Nacional.

De acordo com o secretário-geral do PT paulista, José Dirceu, 38 anos, é provável que o partido fixe posição favorável à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a não ida do PT ao Colégio Eleitoral. Segundo ele, o deputado federal Airton Soares (ex-líder do PT na Câmara Federal) poderá ser convidado a fazer uma nova opção partidária, em função de seu apoio ao candidato indireto da Aliança Democrática à Presidência da República, Tancredo Neves.

O apoio do PT à Constituinte, segundo José Dirceu, está condicionado a alguns pressupostos, entre eles a reestruturação partidária, a liberdade e autonomia sindicais e a revogação da Lei de Segurança Nacional. Sobre a ida ou não do partido ao Colégio, Dirceu destacou que as bases do PT já se manifestaram contra a participação petista na escolha indireta do próximo presidente.

Debate na Secretaria do Interior reunirá Montoro e d. Mauro

Reportagem Local

Com a participação do governador Franco Montoro e do bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, a Secretaria do Interior promoverá na próxima terça-feira, às 19 horas, em seu auditório (rua da Consolação, 2.333), debate sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O encontro será precedido de painéis com propostas que poderão dar conteúdo a uma Constituição democrática. Os painéis são os seguintes: mudanças constitucionais para uma política econômica democrática; mudanças constitucionais para uma política fundiária democrática; para uma organização sindical democrática; para uma política externa democrática; para o restabelecimento dos princípios da federação.